



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



RELATÓRIO DE REUNIÃO

Data: 12.07.2013

Proc. n.º: 186 – SI 123/13

Horário início: 8h30min

Término: 9h45min

Assunto: reunião para tratar do uso de carroças e da crueldade com animais cavalares.

Requerente: Ver. Roberto Braatz

Convidados: Executivo Municipal, Associação Montenegrina dos Guardiões dos Animais–AMOGA, Conselho Tutelar e Ordem dos Advogados do Brasil–OAB.

Presentes: Lista de Presenças anexa ao referido processo

Principais pontos Destacados: Vereador Braatz destacou que os veículos de tração animal representam um risco ao trânsito, ainda mais pelo material que transportam e que transborda da carroça. Mencionou os maus-tratos sofridos pelos animais, seja pelo excesso de peso da carroça, seja pelo uso indiscriminado do chicote. Também mencionou a presença de menores de idade conduzindo as carroças e realizando o trabalho de coleta. Demonstrou intenção de acabar, na área urbana, com esse tipo de modalidade de transporte. Patrícia Aita, voluntária da AMOGA, defendeu os direitos e o bem estar dos animais. Disse que a ideia da instituição é acabar com esse meio de transporte que normalmente acarreta maus-tratos aos animais, pois eles não são bem alimentados, bem ferrados, não é dada água durante o serviço, se exigem deles muitas horas de serviço, os arreios não são adequados. Mostrou preocupação com relação à maneira de acabar com isso: fazer trabalho de educação com os carroceiros, ou o poder público municipal contribuir com alimentação, atendimento veterinário e medicação? Observou que existe regulamentação em lei municipal, mas a Brigada Militar–BM não tem efetivo para fiscalizar. Ressaltou a importância da presença da BM na reunião. Por fim, acrescentou que a AMOGA pode receber esse animal maltratado e encaminhá-lo, mas não tem poder de polícia. Adriano Bergamo, representando a Subseção local da OAB disse que os animais passam o dia realizando trabalho de recolhimento de material reciclável e, à noite, são alugados para outras atividades, como a prática de crimes. Em sua opinião, o objetivo não é o de acabar com os carroceiros, mas regulamentar a sua profissão, pois eles seriam os maiores beneficiados com isso, tal como já ocorre em Porto Alegre, salientando a possibilidade de existir uma harmonia entre essa prática e o bem-estar animal. Mencionou que o problema dos menores que conduzem esse meio de transporte é um problema social, pois é de onde eles retiram seu sustento, não tendo outra alternativa. A Conselheira Tutelar Maristela Josiane Paz observou que é muito difícil acabar com esse problema dos menores, pois é a atividade de sustento deles e dos pais. Explicou que é realizado um trabalho de orientação, mas nem sempre isso surte efeito, por razões de ordem econômica. Contou que o Conselho Tutelar, juntamente com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social–CREAS, elaborou um projeto para colocar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



em prática uma central de reciclagem, que, inicialmente, seria implantada na travessa José Pedro Steigleder, com o foco nas carroças e na coleta de material reciclável. Vieram catadores associados de Porto Alegre explicar o funcionamento de uma associação de catadores, exemplo no qual os moradores daquela travessa poderiam se espelhar, mostrando que a renda aumenta com o trabalho em cooperativas. Explicou que o projeto previa a possibilidade de transferir o dinheiro que iria ser aplicado no galpão de reciclagem do Bairro Estação para esse outro espaço, de modo a concentrar mais as famílias. Maria Luiza Rodrigues Kimura, Presidenta da AMOGA, disse que se deve reforçar junto à Administração ações de concretização de galpões de reciclagem para que os catadores não precisem utilizar esse meio de transporte. Falou da Lei Municipal n.º 10.531/2008 (em anexo), do Município de Porto Alegre, que gradativamente retirará de circulação as carroças puxadas por cavalos. Destacou que a AMOGA, como instituição voluntária, se propõe a assumir a recuperação do cavalo e encaminhá-lo, sem atribuição de fiscalização. Vereador Marcos Gehlen falou da necessidade de implementar políticas públicas para infância e adolescência. Disse que a questão da reciclagem do lixo é vital para qualquer sociedade, mas tem que ser feita de forma adequada. O Secretário Municipal de Meio Ambiente José Carlos Barreto fez um breve histórico, ressaltando que a legislação sobre o assunto é muito frágil. Disse que Porto Alegre nos dá o exemplo com relação à legislação. Destacou as inovações desse Município, como a criação de uma secretaria especializada na defesa dos animais. Disse que precisamos ter uma legislação semelhante à cidade de Porto Alegre e que o jornal Correio do Povo noticiou que Porto Alegre terá uma delegacia específica para maus-tratos aos animais. Relatou que conhece as duas localidades do Município onde existe esse problema de maus-tratos de animais, acrescentando a necessidade de, nesses locais, realizar um trabalho de educação. Esclareceu que é competência do Município legislar sobre esse assunto e que a legislação pode resolver o problema das carroças, mas agravaria um problema social. Destacou as medidas iniciais: realização de atividades de fiscalização, conforme legislação vigente, nessas localidades onde existem esses problemas; fazer um processo de educação e conscientização ambiental das pessoas envolvidas nessa prática; além de implementar políticas públicas para inserir essas pessoas no mercado de trabalho, dar ocupação a essas pessoas que vivem do recolhimento do lixo, ressaltando que a simples edição de uma lei não resolveria o problema. Falou da importância de se seguir bons exemplos como os já citados. Mostrou-se preocupado com os problemas sociais gerados por isso. Prometeu se inteirar sobre as razões que levaram a Administração a não aceitar e dar continuidade ao projeto proposto pelo Conselho Tutelar. Por fim, disse que essa questão precisa ser tratada de forma gradual, com sua substituição e eliminação gradativa, pois muitos vivem disso, sendo que sua eliminação imediata poderia criar um problema social muito maior. Vereador Braatz reiterou que sempre defendeu que isso se dê de forma



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO
Montenegro Cidade das Artes



gradual, cobrando que, mesmo assim, o processo precisa ter um início, apontando para a necessidade de fixação de um prazo para o começo da efetivação de iniciativas da Administração. Também apontou necessidade de criar um espaço para acolher esses animais, quando desativado esse meio de transporte. Assim, ponderou sobre a necessidade de estabelecimento de um marco/prazo para o início da implantação dessa política pública. Patrícia citou o caso de que muitos carroceiros, de cidades vizinhas, cuja atividade é disciplinada e fiscalizada, vêm para nossa cidade, disseminando ainda mais esse problema social. Disse que a educação é fundamental, pois muitos deles não têm orientação de como tratar esses animais. Ressaltou que essa condição de maus-tratos não pode ser perpetuada em nome da atividade econômica dessas pessoas. Com relação aos animais recolhidos, vítimas de maus-tratos, Kimura explicou que os carroceiros recorrem à Defensoria Pública, que lhes presta assistência jurídica. O resultado é a devolução desse animal ao seu proprietário, após ele ter recebido os cuidados veterinários da AMOGA. Vereadora Rosemari Almeida questionou o Secretário com relação ao tempo necessário para trazer, em próxima reunião, uma proposta do Executivo Municipal com intenção e prazos para ação.

Encaminhamentos: Secretário Barreto se comprometeu a realizar um levantamento sobre as razões que levaram a Administração a não dar continuidade ao projeto mencionado pelas conselheiras tutelares e trazer uma proposta concreta para ativar uma associação/cooperativa de catadores, bem como a realização de projeto de educação ambiental para evitar maus-tratos aos animais. Prometeu, num prazo de sessenta dias, trazer as intenções e os prazos para ações efetivas. Por fim, ficou agendada reunião para o dia onze de setembro, às oito horas e trinta minutos, em que os mesmos agentes e entidades serão convidados, juntamente com a BM e o CREAS, para dar continuidade à discussão do referido tema, bem como conhecer as propostas do Executivo Municipal. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

Ver. Roberto Braatz
PDT

Ver.^a Rosemari Almeida
Presidenta